

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-6 – Informação, Educação e Trabalho

AS TEMÁTICAS AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**Franciéle Carneiro Garcês da Silva – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ)**

Daniella Camara Pizarro – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

**Gustavo Silva Saldanha – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ)**

AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN APPROACHES IN LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Este trabalho enfoca um dos problemas centrais da construção do discurso informacional, e procura reconhecer o desenvolvimento (ou a ausência) das temáticas africana e afro-brasileira na constituição do bibliotecário brasileiro. A partir das problemáticas epistemológicas e historiográficas lançadas, pretende-se ampliar a discussão sobre as temáticas nas práticas docentes, bem como a importância manifestada em relação à História e Cultura Africana e Afro-brasileira na formação do bibliotecário, em diálogo com a crítica epistemológica de constituição do campo informacional no cenário mundial e seu impacto no pensamento biblioteconômico-informacional brasileiro. O referencial teórico que sustenta o debate compõe-se dos seguintes elementos: a branquitude e mito da democracia racial, o movimento negro e a inclusão da temáticas africana e afro-brasileira no currículo escolar, o ensino de biblioteconomia no Brasil e a construção de uma epistemologia histórica crítica para os estudos informacionais. O plano empírico da pesquisa consiste em uma modalidade metodológico-aplicada, exploratória e descritiva. Indicamos que este estudo possui uma natureza estruturalmente qualitativa, o que demarca a necessidade de um corpus reduzido com foco em apenas um contexto pré-delimitado, a saber, a amostra de uma comunidade específica de docentes em Biblioteconomia. O universo da pesquisa é formado de professores do Departamento de Biblioteconomia de uma universidade estadual da Região Sul do Brasil. Estes participantes responderam a uma entrevista semiestruturada, na qual a técnica de análise utilizada foi a do Discurso do Sujeito Coletivo. Nesse sentido, o Discurso do Sujeito Coletivo possibilita a representação social do coletivo estudado e sua manifestação sobre as temáticas em questão. Com base no referencial teórico que ancorou o debate para a fundamentação discursiva da etapa analítica concluiu-se que as temáticas estão pouco inseridas nas práticas docentes e nas matrizes curriculares do curso de Biblioteconomia, apesar dos docentes atribuírem importância à ela. Portanto, entende-se que as formações são influenciadas por um processo de ocupação de cargos docentes para disciplinas cada vez mais

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

gerenciais e tecnológicas e a investigação científica fomenta ainda mais uma trajetória curricular fundada em um discurso do sujeito afastado dos dilemas sociais.

Palavras-Chave: Cultura Africana e Afro-brasileira; Biblioteconomia – Ensino; Relações Étnico-raciais.

Abstract: This work focuses on one of the central problems of the construction of informational discourse, and seeks to recognize the development (or absence) of African and Afro-Brazilian themes in the constitution of the Brazilian librarian. Based on the epistemological and historiographical issues, the aim is to broaden the discussion on the subject in teaching practices, as well as the importance expressed in relation to African and Afro-Brazilian History and Culture in the formation of the librarian, in dialogue with the epistemological criticism of constitution of the informational field in the world scene and its impact on the Brazilian library-information thought. The theoretical framework that supports the debate consists of the following elements: the whiteness and myth of racial democracy, the black movement and the inclusion of African and Afro-Brazilian themes in the school curriculum, the teaching of Librarianship in Brazil and the construction of a critical and historical epistemology for informational studies. The empirical plan of the research consists of a methodological-applied, exploratory and descriptive modality. We indicate that this study has a structurally qualitative nature, which demarcates the need for a reduced corpus focusing on only the pre-delimited context, namely, the sample of a specific community of teachers in Librarianship. The research universe is composed of professors from the Librarianship Department of a state university in Southern Brazil. These participants responded to a semi-structured interview, in which the discourse analysis technique used was that of the Collective Subject Discourse. In this sense, the Collective Subject Discourse makes possible the social representation of the collective studied and its manifestation on the subject inquired. Based on the theoretical reference that anchored the debate for the discursive foundation of the analytical stage, we concluded that the theme is little inserted in the teaching practices and in the curricular matrices of the Librarianship course, although the teachers attribute importance to it. Therefore, we understood that the formations are influenced by a process of occupation of teaching positions for increasingly managerial and technological disciplines and the scientific research foment even more a curricular trajectory based on a discourse of the subject away from the social dilemmas.

Keywords: African and Afro-Brazilian Culture; Librarianship - Teaching; Ethnic-racial relations.

1 INTRODUÇÃO

Dado o contexto de constituição hegemônica do discurso informacional anglo-americano como marca de (re)institucionalizações, a partir dos anos 1960, do que passou a se chamar, nos Estados Unidos, de *Library and Information Science*, a crítica epistemológica de fundo sócio-histórico se estabeleceu nas últimas décadas como fonte para o olhar que permitisse uma reorientação das interpretações sobre o processo de construção do campo. Não se trata apenas de “novas propostas críticas”, mas também de uma crítica (meta)histórica, interessada em rever os mitos de origem e de (re)invenção, bem como os métodos socioepistêmicos de constituição de tais abordagens (ou seja, o “como” é feita a nossa história).

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Nesse cenário, são exemplos os trabalhos de Estivals (1981), na França, García Gutiérrez (2011) na Espanha, Mostafa (1985) no Brasil. Na linhagem historiográfica, identificamos, por exemplo, Rayward (1996). No entanto, no próprio contexto anglo-americano, constituiu-se também uma crítica à ausência da historicidade dos discursos sobre uma cientificidade do campo informacional, bem como seu silêncio diante dos dilemas sociais remotos e contemporâneos. São exemplos dessas críticas os trabalhos de Frohmann (2004) e Day (2001, 2005). É no enalço do lastro crítico no plano epistemológico e historiográfico que vemos se estabelecer um conjunto de lutas epistêmicas para o reposicionamento de tais dilemas sociais na paisagem da pesquisa e do trabalho biblioteconômicos.

Na plataforma comum de tais discursos encontram-se as denúncias da negligência ou do apagamento das lutas sociais, da pluralidade cultural, das dinâmicas de opressão e do avanço das desigualdades socioeconômicas, incluindo as condições interseccionais como gênero, etnia, classe, idade. Trata-se de um conjunto de fenômenos colocados como paralelos e nunca preponderantes na afirmação epistemológica do campo, afetando, assim, o desenvolvimento da formação de profissionais e de pesquisadores capazes de pautar e de aprofundar todas as aporias que se colocam no plano social.

É a partir dessa dinâmica crítica que este estudo se constitui e procura debater o questionamento epistemológico e seus impactos na formação para o campo profissional e acadêmico de sujeitos no entorno da chamada (internacionalmente) *Library and Information Science*. Colocando em foco um dos mais centrais problemas da construção do discurso informacional, o presente trabalho procura, especificamente, reconhecer o desenvolvimento (ou a ausência) das temáticas africana e afro-brasileira na constituição do bibliotecário brasileiro.

No fim de 2016, foi concluída uma pesquisa (SILVA, 2016) com docentes de Biblioteconomia de uma universidade estadual do sul do Brasil a qual visou compreender a inserção da História e Cultura Africana e Afro-brasileira na formação do bibliotecário. A partir desse estudo e dos discursos coletados na ocasião, detectou-se alguns pontos importantes que compuseram os resultados da pesquisa, dentre eles, a prática docente com vistas à inserção do referido tema. Indicamos que este estudo possui uma natureza estruturalmente qualitativa, o que demarca a necessidade de um corpus pequeno com foco na amostra de uma comunidade de docentes. Para essa etapa, optamos por um enfoque descritivo de

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

apresentação dos resultados da pesquisa, reconhecido o espaço-tempo para a apresentação deste trabalho.

A partir das problemáticas epistemológicas e historiográficas lançadas, pretendemos ampliar a discussão das temáticas nas práticas docentes, bem como a importância manifestada por eles sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira na formação do bibliotecário, em diálogo com a crítica epistemológica de constituição do campo informacional no cenário mundial e seu impacto no pensamento biblioteconômico-informacional brasileiro.

Embora tenhamos ciência de que esta pesquisa não corresponda a todos os cursos de Biblioteconomia brasileiros, visto que abordou apenas um curso superior em uma universidade localizada na região sul do Brasil, visamos ter uma perspectiva inicial das razões e motivos para conduzem à inserção ou não das temáticas africanas e afro-brasileiras na formação do bibliotecário brasileiro para que este estudo sirva de base e inspiração para outras pesquisas relacionadas às temáticas em outros estados do país.

Afora a histórica barbárie que as temáticas abarcam ao longo dos séculos de constituição de uma cultura brasileira, a justificativa objetiva para o debate acerca das temáticas africana e afro-brasileira nos cursos brasileiros de Biblioteconomia integra um plano político-crítico contemporâneo, a saber: o papel da pesquisa informacional em evidenciar e problematizar as Leis Federais nº 10.639/03 (Lei que estabelece o ensino de Cultura e História Africana e Afro-brasileira), nº 11.645/08 (Lei que estabelece o ensino de Cultura e História Indígena), nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Biblioteconomia.

A partir da reflexão teórica e do processo empírico do estudo, acreditamos ser possível fornecer subsídios para se refletir sobre a inserção destes conteúdos na formação do bibliotecário e, posteriormente, na sua prática profissional de modo a motivar ações que auxiliem a reconstruir uma memória coletiva para reduzir preconceitos, racismos, machismos e sexismos, bem como, exclusões de populações majoritariamente invisibilizadas nos diversos espaços da sociedade, tais como universidade, trabalho e relações sociais, conforme aborda Aquino (2009 apud SILVA; AQUINO, 2013).

No plano da apresentação do estudo, seguiu-se, até o desenho de constituição e de apropriação do corpus, a identificação de um referencial teórico capaz de sustentar o debate

para a fundamentação discursiva da etapa analítica. Em razão disso, os seguintes elementos são debatidos, a saber: a branquitude e mito da democracia racial, o movimento negro e a inclusão das temáticas africana e afro-brasileira no currículo escolar, o ensino de biblioteconomia no Brasil e a construção de uma epistemologia histórica crítica para os estudos informacionais.

2 ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

A Biblioteca Nacional foi a primeira a articular a implementação de técnicas e práticas biblioteconômicas no Brasil. As experiências de instituições estrangeiras com prática biblioteconômica consolidada foram sendo conhecidas e transmitidas aos intelectuais brasileiros e isso trouxe uma mudança que os levou a pensar em uma nova forma de prática biblioteconômica no país (BOTTENTUIT; CASTRO, 2000).

O ensino superior em Biblioteconomia teve a criação do seu primeiro curso no Brasil no ano de 1911 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Este curso possuía influência francesa e orientação humanística, diferentemente do segundo curso de Biblioteconomia que foi criado em São Paulo no mesmo ano pelo Instituto Mackenzie e que possuía uma visão técnica e voltada aos processos de organização de serviços de informação. (BOTTENTUIT; CASTRO, 2000).

Na década de 1960, foi criado o Currículo Mínimo de Biblioteconomia com o objetivo de padronizar o ensino de Biblioteconomia no Brasil e que foi reformulado e flexibilizado em 1982 e passou por diversas reformulações ao longo das décadas (ALMEIDA, 2012, p. 17). Segundo Ferreira et al. (1977, p. 94), as demandas sociais da época requeriam um novo tipo de profissional, um agente que interagisse entre o usuário e o acervo, detentor de uma “visão global dos elementos envolvidos no processo de transferência de informação, como conhecer a realidade política e cultural de seu país”. Nota-se que o que é tratado como demandas sociais ainda atende, no contexto do pensamento biblioteconômico brasileiro ali, por um distanciamento vasto sobre as problemáticas sociais reais da condição do povo brasileiro.

A Biblioteconomia brasileira conta com alguns marcos em sua história, ao longo das últimas décadas, que buscaram implementar uma Biblioteconomia que contemple vários aspectos. Entre os marcos, citamos: a) a criação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários – FEBAB, no ano de 1959, com o objetivo de fixar um currículo mínimo para os cursos de Biblioteconomia do país (SANTOS, 1998); b) a regularização do exercício da profissão

de bibliotecário pela Lei Federal nº 4.084, de 30 de junho de 1962; c) a criação do 1º Código de Ética Profissional aprovado em 1966; d) a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social, em 2001, estabelecido o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001; e) E por fim, o estabelecimento das Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia pela Resolução CNE/CES 19, de 13 de Março de 2002.

Neste sentido, a capacitação dos profissionais se constitui como um dos desafios da Biblioteconomia brasileira. Para Souza (2004), o conjunto entre a formação teórica e a científica ainda não formam bibliotecários com competência política, capacidade de diálogo e visão global da área. Refletimos que o bibliotecário precisa de uma formação que contemple uma Biblioteconomia mais inclusiva que abarque questões éticas e políticas inerentes ao fazer da profissão e da sociedade. Em grande medida, as transformações do pensamento biblioteconômico no cenário mundial, principalmente a partir dos Estados Unidos, apontam para essa condição de distanciamento da formação crítica e inclusiva.

3 A CONSTRUÇÃO DE UMA EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA CRÍTICA: O DESENVOLVIMENTO ASSOCIAL DE UMA *LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE*

As transformações indicadas no ensino da Biblioteconomia no Brasil ganharam uma influência cada vez mais intensiva do pensamento anglo-americano após os anos 1960. A partir dali, multiplica-se o afastamento de uma crítica social então crescente, via um liberalismo humanista, que possuía Jesse Shera (1977) e seu conceito de epistemologia social, estabelecido junto de Margaret Egan nos anos 1950, como uma das forças refratárias a um tecnicismo acrítico.

As transformações do pensamento biblioteconômico nesse contexto, principalmente a partir do discurso estadunidense, são demarcadas por um foco mecanicista claro. Nesse cenário, não apenas Shera é “apagado” (pelo menos, o ponto de vista social de sua crítica epistemológica), junto da produção histórica das pesquisas de fundo social do pensamento biblioteconômico da Escola de Chicago, como também possíveis outras fontes capazes de aprofundar o discurso sobre os dilemas sociais e as opressões, como é o caso de uma teoria do meio social desenvolvida no início do século XX, voltada para a reflexão de bibliotecários e leitores a partir do pensamento russo, com Nicolas Roubakine (1998a,b).

O resultado dessa movimentação tratada por Day (2005) como estruturada em uma irônica metáfora do canal (ou seja, o mecanicismo de uma teoria matemática da comunicação), é a marca de um pensamento neoliberal no contexto de formação de uma pretensa *episteme* distinta para os estudos informacionais. O impacto desse movimento anglo-americano e sua influência internacional imediata, dada a hegemonia econômica dos Estados Unidos no contexto, é tratado por Solange Mostafa (1985) a partir de duas categorias, a saber: o liberalismo cientificista e o liberalismo profissional.

O primeiro aspecto mostafiano, o liberalismo cientificista, apontava para uma crença na constituição de um “novo olhar” sobre a Biblioteconomia, seu ensino e sua pesquisa. Pautava-se, ali, junto da noção de *information retrieval*, uma nova cientificidade (fato que não se confirmou no plano institucional e nem mesmo no plano epistemológico, dadas as raízes lógico-matemáticas já presentes no próprio discurso biblioteconômico). O foco, pois, simplesmente estava em dar um caráter científico às práticas enciclopédicas e, junto delas, aquelas de ordem social do fazer reflexivo em Biblioteconomia.

A outra categoria apresentada por Mostafa (1985, p. 19), chamada liberalismo profissional, atuava em um jogo de sobreposição entre ciência, tecnologia e humanidades, como se tais elementos constituíssem um “todo orgânico”, passível de ser atualizado no mundo do trabalho como parte de uma rotina. Ausente está aqui, por sua vez, uma noção crítica de cultura e do processo histórico de estabelecimento das relações sociais, suas desigualdades de condição e de oportunidade.

O resultado da reflexão epistemológica cria, pois, um ciclo vicioso entre ensino e pesquisa: as formações são influenciadas por um processo de ocupação de cargos docentes para disciplinas cada vez mais gerenciais e tecnológicas e a investigação científica fomenta ainda mais uma trajetória curricular fundada em um discurso do sujeito afastado dos dilemas sociais.

4 DO MOVIMENTO NEGRO À INCLUSÃO DAS TEMÁTICAS AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO ESCOLAR

A luta pelo (re)conhecimento da história e cultura dos afrodescendentes no Brasil se constituiu historicamente em diferentes marcos. Embora o movimento negro exista desde o período da escravidão, foi a partir da década de 1970 que estes movimentos sociais trouxeram a questão étnico-racial enquanto pauta de discussão na política e exigiram a inclusão de ações e políticas de redução da desigualdade educacional visando a reparação aos afrodescendentes

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

(PASSOS, 2014a). Juntamente com a população indígena, as populações afrodescendentes foram impedidas de frequentar os bancos escolares com a criação da Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837 que proibia escravizados e libertos de frequentarem as escolas públicas do país (FONSECA, 2002). Além disso, a ideologia do branqueamento e a intensa imigração de trabalhadores europeus para servirem de mão de obra após a abolição da escravidão auxiliaram para que estas populações fossem impedidas de acessar bens, recursos e serviços que elas próprias ajudaram a construir (PASSOS, 2014b).

A partir da atuação destes movimentos, começaram a surgir ações para a inclusão do negro na sociedade brasileira que era e, ainda, é dominada pela elite branca. Entre as ações desenvolvidas, houve a mobilização para a criação de grêmios, clubes e associações negras com o intuito de dar assistência e de ser um espaço recreativo ou cultural para estas populações (DOMINGUES, 2007).

No tocante à educação, as lutas dos movimentos sociais negros oportunizaram que fossem criados instrumentos normativos para a inclusão da História e Cultura Africana e Afro-brasileira em sala de aula. A inclusão das temáticas começou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), criada em 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes e bases para a educação brasileira (BRASIL, 2010). No ano de 2003, foi criada a Lei Federal nº 10.639/03 que alterou a LDB e passou a estabelecer a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares (BRASIL, 2003). Posteriormente, em 2008, houve a criação da Lei Federal nº 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de Cultura e História Indígena nas instituições de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares brasileiras (BRASIL, 2008).

A criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira em Instituições de ensino, incorporou nos níveis de ensino e modalidades da Educação Brasileira a inserção das temáticas (BRASIL, 2004a). Além disso, o Parecer CNE/CP 03/2004 (BRASIL, 2004b) irá indicar que as Instituições de Ensino Superior incluam “nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNs) (BRASIL, 2004a) estabelecem ações sobre as temáticas que podem ser inseridas nas grades

escolares com o propósito de qualificar os profissionais e professores, bem como, orientar para a abordagem da História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

Em relação ao ensino superior, as DCNs propõem, por exemplo, que seja inclusa a Educação das Relações Étnico-Raciais, “conhecimentos de matriz africana” e “que dizem respeito à população negra”, em conteúdos das disciplinas e atividades curriculares do ensino superior, desde que respeitada a autonomia da Instituição (BRASIL, 2004a, p. 24). Assim, a instituição tem o poder de definir a inclusão de disciplinas específicas que abordem as temáticas, sejam elas obrigatórias ou não. Como exemplo, podemos citar a disciplina de “Educação das Relações Étnico-Raciais” no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina e a disciplina de mesmo nome inclusa na grade do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pampa.

Nos cursos de Biblioteconomia no sul do Brasil ainda não foram observadas em suas grades curriculares disciplinas específicas sobre estas temáticas, até o presente momento. Nessa direção, é passível o questionamento sobre as possíveis práticas que poderiam incorporar este conteúdo em outras disciplinas e até mesmo a importância dada às temáticas pelos docentes da área. Ao pensarmos que a educação bibliotecária é construída e constituída socialmente por meio de um coletivo de bibliotecários (na sua maioria), o qual interage entre si com seus próprios órgãos de classe, associações profissionais, mundo do trabalho e sociedade. Assim, entendemos que não é somente de responsabilidade das escolas de Biblioteconomia a inserção e promoção das temáticas nas ações e práticas dos bibliotecários, entretanto, as mesmas são muitas vezes, o primeiro espaço de socialização e formação do futuro bibliotecário. E dessa forma, cabe a elas contemplar todas temáticas pertinentes que viabilizem um pleno exercício ético-político da profissão.

5 PRIVILÉGIO DA BRANQUITUDE E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

A construção da Branquitude aconteceu durante os processos históricos ocorridos no mundo como a escravidão, o tráfico de africanos, a colonização e a construção de nações e nacionalidades na América e a colonização da África. A Branquitude acontece quando “os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão, e dessa forma outros grupos aparecem, ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores” (SCHUCMAN, 2014, p. 46). Conforme Cardoso (2011, p. 81), “a branquitude, ou identidade racial branca, se constrói e reconstrói histórica e socialmente ao receber influência de escala local e global. Não

se trata de uma identidade racial homogênea e estática”, pois ela se modifica ao longo do tempo.

Os Estudos sobre a Branquitude no Brasil, começaram no início deste século nas obras de Gilberto Freyre no ano de 1962. Conforme Cardoso (2008), o termo foi utilizado por Freyre quando este utiliza a palavra branquitude em analogia à palavra negritude. Assim,

No desenvolvimento do seu raciocínio, Freyre criticará tanto a utilização da idéia de negritude, quanto a utilização da idéia de branquitude vinculada a realidade brasileira, “porque se trataria de uma mitificação dualista e sectária contrária a ‘brasileiríssima’ prática da democracia racial através da mestiçagem” (CARDOSO, 2011, p. 83).

Nos Estados Unidos, os primeiros estudos críticos deste tema, conhecido com o nome de *critical whiteness studies* tiveram início na década de 1990 com o objetivo de lutar contra o racismo (COROSSACZ, 2014). Estes estudos buscaram entender o lugar do grupo social branco dentro da sociedade, além de compreender os seus privilégios e o poder que estes possuem sobre outros grupos étnico-raciais.

O sociólogo Guerreiro Ramos (1957) com seu trabalho intitulado *Patologia social do “branco” brasileiro*, foi o primeiro a tratar da identidade racial branca no país. No entanto, o termo utilizado pelo autor era “brancura” que posteriormente passou a ser nomeado como “branquitude”, visto que brancura tinha relação com o fenótipo da pessoa de identidade racial branca, ou seja, pele clara, cabelo de textura lisa, cor dos olhos azuis, verdes ou castanho claro, nariz com formato afilado, entre outros aspectos que a caracterizam enquanto pertencente ao grupo racial branco (CARDOSO, 2008).

Autores como Frantz Fanon¹ (1980), Lourenço Cardoso (2011) e Lia Vainer Schucman (2014) abordam os estudos críticos da Branquitude e como ela perpetua os privilégios simbólicos e materiais dos ditos “brancos” quando em relação aos não brancos, como contribui para o racismo e os efeitos psicológicos que causa no processo de construção da

¹ Frantz Fanon, foi um dos vanguardistas a problematizar a identidade racial branca, quando em uma de suas obras mais famosas, realizou uma crítica ao racismo contra os negros e à negação da existência do racismo na sociedade francesa (GORDON, 2008). Considerado como um dos influenciadores de estudiosos brasileiros como Alberto Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento, este Psiquiatra e Filósofo caribenho é autor do livro clássico sobre a diáspora africana intitulado “Peles negras, máscaras brancas” publicado originalmente em 1952, em “um mundo em que o racismo contra os negros era considerado uma doença peculiar das sociedades anglófonas, especialmente nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália e África do Sul” (GORDON, 2008, p. 14). Fanon (2008) afirma que sua obra é “um estudo clínico”, que apresenta o preto de sua época, além de “uma tentativa de explicação psicopatológica e filosófica do existir do negro” (FANON, 2008, p. 30), visto que “a civilização branca, a cultura européia, impuseram ao negro um desvio existencial”. Aborda ainda, que “aquilo que se chama de alma negra é freqüentemente uma construção do branco” (FANON, 2008, p. 30).

identidade negra, dentre outros aspectos. Resgatar este conceito é necessário para o entendimento e reflexão sobre o porquê das desigualdades sociais, econômicas e étnico-raciais que ainda existem no nosso país e que mantêm as populações não-brancas em escalas de pobreza e subalternidade (quando em relação aos brancos), muitas sem acesso a direitos humanos fundamentais para a vida de um sujeito.

Cardoso (2008) afirma que ser branco significa estar no poder, visto que “a identidade racial branca é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e materiais palpáveis que colaboram para reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e do racismo” (CARDOSO, 2011, p. 81). Para Schucman (2014), ser branco é deter o lugar simbólico da branquitude. Tal fato, é observado pelas posições e lugares que estes sujeitos ocupam na sociedade, não somente pela sua genética. Neste sentido, mesmo que inconscientemente, os sujeitos brancos exercem em seu cotidiano ações que contribuem para a desigualdade racial e o racismo. É preciso então, entender que o poder da Branquitude não está no indivíduo, mas sim na sociedade que criou estruturas de poder sociais que permitem a continuação do racismo e das desigualdades étnico-raciais (SCHUCMAN, 2014).

Nessa toada, Sovick (2004) chama a atenção para a mídia e os meios de comunicação de massa que contribuem na produção de desigualdades sociais e étnico-raciais entre brancos e não brancos. Em novelas ou filmes, por exemplo, os sujeitos brancos possuem papéis de destaque enquanto personagens centrais da trama, dotados de beleza e inteligência e com cargos de alto poder aquisitivo. No entanto, os personagens não brancos como os negros, são representados em papéis de subalternidade, estereotipados e como seres inferiores ou objetificados. Salientamos também, que há indivíduos que concordam com esta posição e que utilizam conscientemente seus privilégios como brancos para exercerem o racismo propagando de forma direta ou indireta a pretensa supremacia racial branca. (CARDOSO, 2008; SCHUCMAN, 2014).

Outro ponto que colabora para a manutenção da branquitude é o “mito da democracia racial”, ou seja, a afirmação de que todos somos iguais em direitos e deveres dentro de nossa sociedade. No entanto, refletimos a veracidade desta afirmação quando as notícias que acompanhamos diariamente nos mostram o aumento do número de jovens negros mortos pela polícia e a quantidade expressiva de pessoas negras residentes nas penitenciárias brasileiras.

O “mito da democracia racial” é discutido por Guimarães (2001, p. 122) que afirma:

[...] Ainda que a nação brasileira tenha-se formado a partir da mesma matriz colonial americana, ou seja, do transplante de povos europeus para as Américas em situação de domínio sobre as populações indígenas aqui encontradas e sobre o também grande contingente de africanos escravizados, ainda assim, digo, acredita-se, em geral, numa certa excepcionalidade brasileira, que teria superado as diferenças raciais originais. Isso porque a solução brasileira ao problema da integração dos escravos negros e de descendentes dos povos indígenas à sociedade nacional passou, primeiro, por negar a existência de diferenças biológicas (capacidades inatas), políticas (direitos), culturais (etnicidade) e sociais (segregação ou preconceito) entre esses e os descendentes de europeus, com ou sem misturas, e, em segundo lugar, por incorporar todas essas diferenças originais numa única matriz sincrética e híbrida, tanto em termos biológicos, quanto culturais, sociais e políticos. É o que se convencionou chamar de democracia racial.

Conforme Santos (1935 apud PEREIRA, 2007, p. 237), o “mito da democracia racial” possui três partes que a fundamentam: “1ª) nossas relações de raça são harmoniosas; 2ª) a miscigenação é nosso aporte específico à civilização planetária; 3ª) o atraso social dos negros, responsável por fricções tóxicas, se deve, exclusivamente ao seu passado escravista”. Isso sugere que, se o negro se encontra hoje em condições de trabalho subalternizado, se possuem baixa escolaridade e se são pouco representados nos espaços de dominação, a culpa é única e exclusivamente deles.

Neste sentido, é oportuno utilizar o questionamento de Cardoso (2015) quando esta pergunta sobre qual o papel representado, personificado e incorporado dentro de uma unidade de informação sobre a história das populações afrodescendentes, bem como questiona se o bibliotecário está preocupado com a preservação da cultura e registro dessas populações. A mesma autora chama atenção para um ponto extremamente importante: que o bibliotecário pode ser um reproduzidor de um discurso que reforce o sistema cultural dominante e o complexo de inferioridade que foi construído ao longo dos séculos nos usuários afrodescendentes, além de fortalecer posições como a do “branqueamento” e da “democracia racial” constituídos no período pós-abolição.

No entanto, entendemos que esta atitude do bibliotecário acontece por causa da Branquitude, pois estamos em uma sociedade dominada por um grupo que valoriza os padrões eurocêntricos e anglo-americanos que não se reconhece como pertencente a um grupo étnico-racial, mas sim como padrão a ser seguido dentro da sociedade, aquele considerado normal.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O plano empírico da pesquisa consiste em uma modalidade metodológico-aplicada, com vistas a gerar conhecimentos para que produzam uma intervenção no real, dirigidos à solução de problemas específicos. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Quanto aos seus objetivos caracteriza-se como exploratória e descritiva e de abordagem qualitativa.

O universo desta pesquisa é composto por professores colaboradores e efetivos do Departamento de Biblioteconomia de uma universidade estadual do Sul do Brasil. As entrevistas foram realizadas entre agosto e outubro de 2016. Para a realização da coleta de discursos deste trabalho, foi utilizada como instrumento a entrevista semiestruturada, com roteiro definido. A técnica de análise de discursos utilizada foi a do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, considerada uma inovação para as pesquisas empíricas de opinião baseadas em depoimentos. O DSC é conceituado como “uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos” (LEFREVE; CRESTANA; CORNETTA, 2003, p. 70) e que possibilita a representação social do coletivo estudado e a manifestação do mesmo sobre as temáticas em questão.

Enquanto fundamentos teórico-metodológicos para analisar os discursos coletados e a representação social dos docentes sobre a inserção da cultura e história africana e afro-brasileira foi utilizada a Sociologia do Conhecimento relacionada à construção da realidade, de Berger e Luckmann (1978) e a Teoria das Representações Sociais coletivas de Moscovici (2009), no campo da Psicologia Social.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram coletados os discursos de 13 docentes do curso de Biblioteconomia da Universidade escolhida. Destes docentes, sete professores possuem graduação em Biblioteconomia, dois possuem graduação em Biblioteconomia e Documentação, um possui graduação em Superior Tecnólogo em Processamento de Dados, um docente com graduação em Ciências da Computação e em Administração, um docente com graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) e outro com graduação em Filosofia. Além disso, dois professores que possuem graduação em Biblioteconomia, também são graduados em Pedagogia e em Educação Física.

Quanto à pós-graduação, todos os docentes possuem Mestrado, e as áreas são: Educação, Educação e Cultura, Ciência da Informação, Engenharia de Produção, Sociologia

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Política, Antropologia Social e Filosofia. Quanto ao Doutorado, dez docentes são doutores e um é doutorando. As áreas dos doutorados destes docentes são: Tecnologia e Sistemas de Informação, Engenharia e Gestão do Conhecimento, Ciência da Informação, Sociologia Política, Educação, Ciências da Comunicação, Ciências Sociais e Filosofia.

Após a entrevista com estes docentes, realizou-se a aplicação da metodologia da análise dos discursos coletados. Quando perguntado sobre a importância da História e Cultura Africana e Afro-brasileira na formação do bibliotecário, o Entrevistado Nº 10 respondeu que: “Considero importante porque a sociedade brasileira tem sua origem na história e cultura africana. (Entrevistado Nº 10)”. Enquanto isso, para o Entrevistado Nº 7:

[...] existe uma necessidade muito grande da nossa formação universitária, não só no curso de Biblioteconomia, mas no ensino superior brasileiro, fazer um resgate geral da história do Brasil, é... de uma forma crítica, de uma forma livre de preconceitos e isso inclui como um dos seus casos, o resgate da cultura africana e afro-brasileira. (Entrevistado Nº 7)

Penso ser essencial incluir a temática na formação em Biblioteconomia, pois trata-se de uma profissão de cunho humanístico. É preciso discutir esses temas pois há a necessidade de um conhecimento histórico cultural que faz parte da sociedade brasileira e do contexto no qual esses profissionais irão atuar. [...]. (Entrevistado Nº 9).

As percepções dos entrevistados nos mostram que as temáticas são importantes para o ensino de Biblioteconomia, pois o país possui uma base na Cultura e História das Populações Africanas e, neste caso, precisa haver formação dos bibliotecários sobre estas temáticas. O Entrevistado Nº 7 ressalta que não é somente o bibliotecário quem deve aprender sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, mas também estudantes de outros cursos do ensino superior brasileiro. Para os docentes, formar bibliotecários conscientes da contribuição desta população na história do Brasil se faz necessário por causa do público atendido por este profissional, pois a população brasileira, que é o público-alvo dos profissionais da informação, é formada principalmente por afrodescendentes. Sendo assim, o entendimento dos aspectos históricos e culturais do povo brasileiro irá permitir que este profissional atue na sociedade de forma igualitária e responsável.

A partir desses discursos, é possível observar que as temáticas são consideradas importante pelos docentes entrevistados e que estes atribuem o aspecto humanístico e social da profissão como um dos pontos de partida para esta inclusão. Outro ponto de destaque, é trazer as temáticas para serem inseridas em outros cursos, que não somente o de Biblioteconomia. Além disso, há uma necessidade da implementação das temáticas em todos

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

os níveis de ensino e de estratégias pedagógicas voltadas para a valorização e para o conhecimento da diversidade histórica e cultural que há em nossa sociedade.

[...] Por causa da influência que essa cultura ou que esse fenômeno histórico da migração ocasionada pela diáspora e toda a situação de subalternidade relacionada com a escravidão ocasionaram durante séculos que se passaram. Então, eu diria que essa é uma tendência geral não só pro curso de Biblioteconomia. Segunda coisa que eu diria é o seguinte: o curso de Biblioteconomia possui uma aptidão muito grande pro trabalho técnico e a questão humanística é obliterada, é considerada em segundo plano, e aí eu trataria ou consideraria o caso da cultura africana e afro-brasileira como um desses casos, de um aspecto humanístico da formação do profissional da informação que precisa e de fato está nos anos recentes sendo resgatada. (Entrevistado Nº 7)

Segundo os respondentes, o bibliotecário enquanto sujeito político, cidadão e educador, necessita de uma formação voltada para as questões sociais e aspectos humanísticos dentro do curso, visto que um bibliotecário crítico que sabe sobre as temáticas e que exerce esse saber no seu dia a dia irá contribuir para a promoção do respeito entre os cidadãos. A partir desse entendimento, acreditam que este profissional se tornará um ser ativo na desconstrução de estereótipos, preconceitos e racismos, bem como, será consciente de aspectos que regem a sociedade. A situação de subalternidade que foi submetida os africanos e que até hoje perdura em seus descendentes em nossa sociedade, é outro aspecto que os entrevistados chamaram a atenção, assim como, a questão das cotas e das políticas públicas como forma de ampliação do debate sobre as temáticas.

Ao avaliarmos os discursos acima, observamos que o bibliotecário é trazido como o profissional que atende todos os públicos, e como tal, necessita se retirar de todo e qualquer preconceito. Precisa pensar criticamente suas atitudes para que não contribua com o permanecimento de atitudes racistas e discriminatórias, bem como, requer ser conscientizado dos privilégios trazidos pela branquitude e pelo mito da democracia racial, tão intrínsecos em nossa sociedade. É necessário nos perguntarmos sobre o tipo de bibliotecário que queremos formar para a sociedade em que vivemos: Queremos um profissional que seja sensível ao sofrimento causado pelas desigualdades étnico-raciais, racismos e discriminações sofridas pela comunidade negra? Este profissional sabe como valorizar e representar em seu lugar de atuação, a cultura e a história destas e de outras populações? Enquanto educador, sabe como promover ações educativas sobre as temáticas?

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

É importante lembrar que, ao se formar um bibliotecário consciente da importância desta e de outras questões, está se educando estes profissionais para valorizarem as culturas existentes no país, para que fortaleçam a identidade étnico-racial e os direitos dos usuários receptores de suas práticas, além de serem cidadãos críticos e atuantes na construção de uma sociedade democrática e igualitária.

A partir daí, questionamos se os docentes incluem as temáticas em sua prática, visto que a consideram importante. No entanto, muitos disseram não incluir por não terem recebido formação para trabalharem com a mesma.

Não! Não tenho formação! Tenho um pouco da leitura, né? é.. e tenho pra mim o sentimento assim, da dívida histórica que nós temos, né? Eu lembro que a primeira vez que eu fui aprender sobre isso, foi no mestrado. Eu tinha uma colega é... de mestrado e ela era negra e-[...] Essa minha colega ela era da Casa Dandara, ela trabalhava nessa ONG e a gente fez o trabalho lá dentro, eu acho que era pra reconhecer o acervo bibliográfico afro-brasileiro. Gente! Olha foi a primeira vez eu que eu me dei de conta dessa diferença, que eu era branca e tinha negros. (Entrevistado Nº 1).

Não, não tive formação! Aí é uma questão de auto formação, né? Auto formação de ir percebendo de ir identificando a necessidade de tratar esse assunto, né? [...] (Entrevistado Nº 3)

Os discursos dos entrevistados acima, nos remetem novamente à importância de ser inserida as temáticas no curso, pois a grande maioria dos docentes são graduados em Biblioteconomia. Dessa forma, conforme aborda o Entrevistado Nº 3 uma formação continuada dos docentes é necessária para que estes possam incluir as temáticas nas disciplinas que ministram, pois é difícil incluir algo que não se teve formação adequada para tal.

Destaca-se que alguns dos entrevistados incluem as temáticas na sua prática pedagógica conforme a demanda trazida pelos estudantes por questões de orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso e dissertações sobre o assunto ou projetos construídos que tenham ligação com a Lei Federal Nº 10.639/03 (BRASIL, 2003). Os entrevistados destes casos afirmam que fizeram uma autoformação e buscado estudar conteúdos sobre as temáticas, bem como, pesquisas realizadas e publicadas pelo NEAB da Instituição estudada. Houve respondentes que afirmaram ter formação para abordar as temáticas em sala de aula, mas estes são oriundos dos cursos de Pedagogia e História, não dos cursos de Biblioteconomia. Nesse sentido, fazemos também uma reflexão pensando nos conteúdos estudados e nos

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

modelos formativos do curso, que estão pautados nas escolas francesas e americanas, conforme o discurso do Entrevistado 12:

[...] na verdade o único pensamento a respeito disso, ah... a gente começou a elaborar a partir de uma conversa com o [Professor do NEAB - Identidade preservada], quando a gente começou a discutir algumas questões epistemológicas e... sobre informação, né?, sobre o conceito de informação que tem na escola, porque as escolas que definem os campos teóricos na Biblioteconomia, eles têm origem americana e eles tem origem francesa. No caso da nossa matriz curricular na área temática dos, predominantemente na área francesa e... aí, em algumas outras disciplinas dentro das práticas tem um pouco das duas frentes de, né?, da escola americana que é mais tecnicista e isso influencia também a visão de tecnologia que tem na Biblioteconomia é praticamente norte-americana, os principais teóricos são norte-americanos, é... mas isso... o que a gente estava discutindo é justamente a implicação, né?, do conceito de informação que tem aí e a visão de como se é utilizado, para quem é utilizada. Definição, por exemplo, de estudo de usuário, né?, as pessoas... a escola americana quando tem, quando a gente olha os estudos de usuário e de recuperação da informação, eles são centrados no público com uma perspectiva, ah... tecnicista, mas não é isenta, até os americanos fazem isso e eles tem isso... a compreensão de ver ela é descontextualizada...mas isso, eu não vejo ser discutido nas pesquisas, tá? A gente pega as pesquisas da área e a gente vê o enfoque técnico, tá? A dimensão cultural, o... ahm...poucos estudos eu tive a oportunidade de olhar isso. [...] (Entrevistado Nº 12).

Outros entrevistados justificaram a não inclusão das temáticas nas disciplinas que ministram por: a) questões de tempo, que não permite a elaboração de uma atualização nos conteúdos das disciplinas; b) o fato da ementa não ser flexível para tanto e; c) o fato de ministrarem disciplinas muito técnicas ligadas às tecnologias da informação e comunicação e de gestão.

Ressaltamos, por fim, que a Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 (DOU nº 118, 22/6/2004, Seção 1, p. 11) (BRASIL, 2004) institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e determina que as instituições de ensino superior deverão incluir, a abordagem de questões e temáticas referentes aos afrodescendentes nos conteúdos das atividades curriculares e/ou disciplinas dos cursos superiores. Vale frisar, ainda, que o cumprimento de tais diretrizes curriculares será considerado durante o momento de avaliação das condições de ensino, realizado em processos de credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior no Brasil. Resta a indagação sobre de que maneira e em que medida tal Resolução está sendo cumprida.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a formação do bibliotecário na graduação deve contemplar em sua matriz curricular, diversos componentes disciplinares que possibilitem ao futuro bibliotecário o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção da equidade étnico-racial, social e de gênero dos afrodescendentes, os quais constituem grande parte do público-alvo atendido nas unidades de informação brasileiras.

Nessa direção, o papel do bibliotecário é essencialmente social, na medida em que é mediador entre o usuário – que pode pertencer à diferentes grupos étnicos, religiões, classes sociais, gêneros, etc. – e a informação. Portanto, faz-se essencial entender suas necessidades para então, fornecer a informação que este precisa. Para tanto, é necessário que se tenha sensibilidade e alteridade para entender o outro – aquele a quem se direciona uma ação e receptor de uma determinada prática - e buscar contemplar sua história, cultura e memória, bem como garantir que a prática bibliotecária atenda plenamente a necessidade informacional de seus usuários e a partir dela, tenha-se desdobramentos que levem à autonomia e melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Assim, acreditamos na necessidade deste profissional lançar um olhar mais crítico sobre sua atuação, de modo que possa repensar e resignificar a sua prática, e a partir disso, a sua técnica e instrumentos de trabalho. Para tanto, a formação do bibliotecário deve ir além do tecnicismo, e fomentar uma prática profissional que dê conta de abarcar questões éticas e políticas inerentes ao contexto social.

Nesse sentido, a capacitação dos profissionais ainda se constitui como um dos desafios da Biblioteconomia brasileira. Para Souza (2004), o conjunto entre a formação teórica e a científica ainda não formam bibliotecários com competência política, capacidade de diálogo e visão global da área. Infelizmente, em grande medida, as transformações do pensamento biblioteconômico no cenário mundial, principalmente a partir da influência estadunidense, apontam para essa condição de distanciamento da formação crítica e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. B. F. de. **Biblioteconomia no Brasil: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino**. 160 f., 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília; Faculdade de Ciência da Informação (FCI), Brasília (DF), 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de julho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento, trad. Floriano Fernandes, 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

BOTTENTUIT, A; CASTRO, C. **Movimento Fundador da Biblioteconomia no Maranhão**. São Luís: Imprensa Universitária, 2000.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 2001a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 2001b.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003**. Brasília (DF), 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. CNE/CP Resolução 01/2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11. 2004a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer N.º CNE/CP 003/2004, de 19 de Maio de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília(DF), 2004b.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília(DF), 2008.

CARDOSO, F. do C. **O negro na biblioteca**: medicação da informação para a construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015. 114 p.

CARDOSO, L. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (1957-2007). (Dissertação de mestrado) – Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais, 2008.

CARDOSO, L. O Branco-Objeto: o Movimento Negro situando a Branquitude. **Instrumento**: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, jan./jun. 2011.

DAY, R. Poststructuralism and information studies. **Annual review of information science social and technology (ARIST)**, v. 39, p. 575-609, 2005.

DAY, R. **The Modern invention of information**: discourse, history and power. Illinois: Southern Illinois University Press, 2001.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. 2007, v. 12, n. 23, p.100-122.

ESTIVALS, R. A Dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 121-152, set. 1981.

FANON, F. **Peles Negras, Máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FONSECA, M. V. **A educação dos negros**: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 387-407, win. 2004.

FROHMANN, B. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. **Journal of Documentation**, v. 46, n. 2, jun. 1990.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Epistemología de la Documentación**. Barcelona: Stonberg Editorial, 2011.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA; D. T. (Org.) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GORDON, L. Prefácio. In: FANON, F. **Peles Negras, Máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GUIMARÃES, A. S. A. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, 13 (2): 121-142, novembro de 2001.

FERREIRA, M. L. A. G.; CALDEIRA, P. da T.; BAHIA, M. A.; ARAÚJO, M. E. B. Currículo Mínimo de Biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 92-99, mar. 1977.

LEFREVE, A. M. C.; CRESTANA, M. F.; CORNETTA, V. K. A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização “Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde-CADRUH”, São Paulo – 2002. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 68-75, Jul./Dez., 2003.

LEFREVE, F.; LEFREVE, A. M. **Depoimentos e discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. 97 p.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: Investigações em Psicologia Social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 404 p.

MOSTAFA, S. P. **Epistemologia da Biblioteconomia**. 1985. 147 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

PASSOS, J. C. As Relações Étnico-Raciais nas Licenciaturas: O que dizem os Currículos Anunciados. **Poiésis**, Tubarão. v.8, n.13, p. 172 - 188, Jan/Jun, 2014a.

PASSOS, J. C. dos P. Juventude Negra: escolarização e herança das desigualdades no Brasil Contemporâneo. In: SCHERER-WARREN, Ilse; PASSOS, Joana Célia dos Passos (Orgs.). **Relações Étnico-Raciais nas Universidades: os controversos caminhos da inclusão**. Florianópolis: Atilênde, 2014b. 148 p.

PEREIRA, A. A. O “Atlântico Negro” e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo. **Perseu**, n. 1, v. 1, 2007.

RAMOS, A. G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes. 1957.

RAYWARD, W.B. The History and historiography of information science: some reflections. **Information and Management**, v. 32, n. 1, p. 3-17, 1996.

ROUBAKINE, N. **Introduction a la psychologie bibliologique**; v.1 Paris: Association Internationale de Bibliologie, 1998a.

ROUBAKINE, N. **Introduction a la psychologie bibliologique**; v.2. Paris: Association Internationale de Bibliologie, 1998b.

SANTOS, J. P. Reflexões sobre Currículo e Legislação na área da Biblioteconomia. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 3, n. 6, 1998.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o Encardido o Branco e o Branquíssimo: Branquitude Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2014. v. 1. 191 p.

SHERA, J. H. Epistemologia Social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SILVA, L. K. R. da; AQUINO, M. de A. Bamidelê: por uma Sociologia da Informação Étnico-Racial na organização das Mulheres Negras da Paraíba. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 001-010, 2013.

SILVA, F. C. G. da. **A inserção da temática Africana e Afro-brasileira no ensino de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina**. 2016. 164 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SOUZA, F. das C. de. O Modelo Educacional e seu Impacto sobre a Dimensão Pedagógica da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 123-142, jan./jun. 2004

SOVIK, L. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, V. (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond. 2004. 3:2002.